



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

EDITAL			
Pregão Eletrônico nº 12/2023		Data de abertura: 14/04/2022	Horário 9h
Forma de Adjudicação	Vistoria	Exclusiva (ME/EPP)?	Instrumento Contratual
Grupo Único de Itens	Facultativa	() Sim (X) Não () Misto	Termo de Contrato
Objeto			Valor Estimado
SERVIÇO DE SEGURO AUTOMOTIVO, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I.			R\$ 33.540,24
Prazo para envio da proposta com o valor atualizado/documentação complementar: 02 (duas) horas contadas da convocação efetuada pelo Pregoeiro			
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações Até 11/04/2023 para o endereço cpl@mprn.mp.br			
DOCUMENTAÇÃO			
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		DOCUMENTOS DE CONSULTA	
1. Sicafe ou documentos equivalentes 2. Atestado de Capacidade Técnica 3. Certidão de Falência 4. Declaração de Regularidade		5. Certidão CNJ 6. Certidão Portal Transparência	
OBSERVAÇÃO: A licitante deverá encaminhar concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.			
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do MPRN pelo endereço https://www.gov.br/compras/pt-br , selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "925603" . O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Comprasnet e também no endereço www.mprn.mp.br , opção serviços > licitações			



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023-PGJ

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE** (UASG Nº 925603), por meio de seu Pregoeiro, designado pela **PORTARIA Nº 225/2023-PGJ**, de 01 de março de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte (DOE/RN) nº 15.378, edição de 03 de março de 2023, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO ÚNICO DE ITENS**, na forma da Lei nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, Resolução nº 110/2019-PGJ, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, e nos termos da autorização constante no **PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 20.23.0464.0000014/2023-27**. A Sessão Pública será realizada às **9h (horário de Brasília/DF)** do dia **14 DE ABRIL DE 2023**, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO AUTOMOTIVO**, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital.

1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.3 Integram este edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo I Termo de Referência - (Anexo I – Relação dos Itens Segurados);

Anexo II Modelo Declaração de Regularidade (Resolução nº 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução nº 6/2018-PGJ/RN);



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

Anexo III Minuta Contratual.

2 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, no horário e no endereço eletrônico indicado no preâmbulo.

2.2 Poderão participar da presente licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI), Orçamento e Gestão, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.3 A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.4 Somente poderão participar desta licitação as empresas que apresentem em seu *Contrato Social atividade econômica compatível com o objeto ora licitado*.

2.5 Não poderão participar da presente licitação as empresas:

- a)** Cuja falência ou concordata tenha sido decretada;
- b)** Que estejam em concurso de credores, em dissolução ou em processo de liquidação;
- c)** Que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte;
- d)** Com impedimento de contratar com a Administração, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;
- e)** Que possuam registro de Ocorrência Impeditiva Indireta no SICAF, ou em qualquer outro sistema de cadastramento de fornecedores utilizado por órgãos integrantes da administração pública direta e indireta, e, cumulativamente, possuam objeto social similar, bem como, ao menos um sócio controlador e/ou sócio-gerente



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

em comum com fornecedora licitante apenas com as sanções de suspensão e/ou impedimento de licitar e contratar com a Administração, no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;

f) Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.6 NÃO SERÁ PERMITIDA a participação de empresas sob a forma de consórcio, bem como a **SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO DESTES EDITAIS**, ficando sob a inteira responsabilidade da licitante contratada o cumprimento de todas as condições contratuais, atendendo aos requisitos técnicos e legais para esta finalidade.

2.7 Não poderão participar deste Pregão sociedades estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

2.8 Não poderão participar deste Pregão sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.9 Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

2.10 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

2.11 As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão manifestar, em campo próprio, declaração de que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei.

2.12 Será vedada a participação de empresa que possua, em seu quadro societário, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas OU ocupantes de tais cargos ou funções quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades do MPRN situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação ou ocupantes de tais cargos quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação, tudo conforme dispõe o art. 3º da Resolução nº 37/2009, alterada pela Resolução nº 172/2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público e o art. 1º da Resolução nº 6/2018-PGJ/RN.

2.13 Também serão consultados:

a) CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, conforme Resolução nº 44/2007-CNJ e suas alterações, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) CADASTRO NACIONAL DAS EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União – CGU, no endereço eletrônico: <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>, conforme Lei Federal nº 12.846/2013.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mpm.mp.br

2.14 A licitante **PODERÁ VISTORiar OS VEÍCULOS**, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da Sessão Pública, com o objetivo de inteirar-se das condições para execução do objeto, mediante prévio agendamento de horário junto ao Setor de Transportes, pelo telefone (84) 98839-8096, conforme condições do **ITEM 3** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

2.15 As licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições dos veículos como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste certame, haja vista a faculdade da realização da vistoria.

3 DO CREDENCIAMENTO

3.1 Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

- a)** Credenciar-se previamente no Sicaf;
- b)** Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
- c)** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou à Procuradoria-Geral de Justiça por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d)** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e)** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso e;
- f)** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

4 DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

4.1 A licitante deverá encaminhar exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **VALOR TOTAL DO GRUPO ÚNICO DE ITENS**, já consideradas e inclusas todas as despesas: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

4.3 Não serão aceitas propostas que indiquem quantidade inferior àquela indicada no Termo de Referência (Anexo I).

4.4 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.5 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa na desclassificação da proposta.

4.6 No momento da elaboração e envio da proposta, a licitante deverá selecionar, por meio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

a) Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

Federal;

- b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;
- c) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- e) No caso de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP), que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nesta lei.

4.7 As declarações mencionadas no subitem anterior serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação, cujo relatório apresentado será anexado aos autos do processo, não havendo necessidade de envio por outra forma.

4.8 A simples participação no certame implica em:

- a) Aceitação de todas as condições estabelecidas no edital deste Pregão;
- b) Que as propostas terão validade de **90 (NOVENTA) DIAS**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;
- c) Prazo, condições de prestação de serviço de acordo com o Anexo I – Termo de Referência, contados a partir da data de assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente;
- d) Compromisso da licitante de executar o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

4.9 Decorrido o prazo de validade da proposta de preço, sem convocação para assinatura do **TERMO DE CONTRATO**, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.



**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

5 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2 A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6 DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

6.2 A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

6.3 Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7 DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 Iniciada a Sessão Pública (início da disputa de preços) as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

7.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, e caso haja dois ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.3 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

7.4 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de solicitar qualquer alteração.

7.5 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável ou que entenda ter sido lançado erroneamente. Nesta hipótese, deverá encaminhar mensagem à licitante na qual faculte o direito de repetir tal lance.

7.6 O MODO DE DISPUTA será o **ABERTO**, nos termos do art. 37, I, da Resolução nº 110/2019-PGJ, a duração do período do envio de lances será de **10 (DEZ) MINUTOS**, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.6.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 (DOIS MINUTOS)** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.6.2 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem supracitado, a sessão pública será encerrada automaticamente.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

7.6.3 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto subitem 7.6.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.7 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.9 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto entre os lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 1,00 (um real).

8 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até **5% (CINCO POR CENTO)** superior a melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

- a)** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de **5 (CINCO) MINUTOS**, apresentar proposta de preço inferior à da licitante mais bem classificada e, se atendidas as exigências deste edital, ser contratada;
- b)** Não sendo contratada a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outras licitantes que se



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

enquadram na condição prevista no caput, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) Convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 (CINCO) MINUTOS**, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

d) Na hipótese de não contratação, nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

8.2 Após o início da fase competitiva, caso não haja envio de lances e havendo propostas com o mesmo valor, serão aplicados os critérios de desempate previstos no **subitem 8.1**, caso não seja possível a aplicação deste critério por não existir microempresas ou empresas de pequeno porte participando do certame, aplicar-se-ão os critérios de desempate do § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666 de 1993, e mesmo assim subsistindo o empate, o sistema eletrônico elegerá a proposta vencedora por meio de sorteio, dentre as propostas empatadas.

9 DA NEGOCIAÇÃO

9.1 Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do direito de preferência das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), o Pregoeiro encaminhará contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mpm.mp.br

Pregoeiro examinará a proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação aos valores, consoante pesquisa de mercado e verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste edital.

10.2 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital de Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.3 Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.4 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste certame.

10.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

10.6 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da PGJ/RN ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

10.7 Se a proposta não for aceita ou, ainda, se a licitante não atender às exigências habilitatórias, em descumprimento dos requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proponente será desclassificada/inabilitada e o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a obtenção de uma que atenda ao edital.



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mpm.mp.br

10.8 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta carta editalícia solicitada pelo Pregoeiro, será desclassificada e sujeitar-se-á às *sanções previstas no presente edital*.

11 DA HABILITAÇÃO

11.1 A habilitação das licitantes será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos, e, por intermédio da documentação incluída concomitantemente com a proposta, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da Sessão Pública, exclusivamente por meio eletrônico, no Portal **COMPASNET**.

11.1.1 Após análise pelo Pregoeiro dos documentos de habilitação enviados nos moldes do subitem anterior, poderá ser aceita documentação complementar, desde que comprove a existência de uma situação ou fato cuja conclusão ou consumação deu-se até a abertura da sessão de licitação.

11.2 As licitantes que estiverem em **SITUAÇÃO VÁLIDA no SICAF** poderão deixar de apresentar os documentos referentes à **HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e ECONÔMICO-FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, desde que todos os documentos e/ou certidões estejam dentro da validade e inseridos no sistema**.

11.3 Para fins de habilitação no presente certame será avaliado o seguinte:

11.3.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa individual (Requerimento de Empresário);
- b) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e sua devida publicação na imprensa oficial. No caso de alterações



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

será admitido o Estatuto ou o Contrato Social consolidado e aditivos posteriores, se houver;

c) INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Conforme requisito constante no **ITEM 13 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

11.3.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL expedida pelo distribuidor da sede da licitante que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas, para este certame, aquelas emitidas há no máximo **90 (NOVENTA) DIAS** da data da convocação pelo pregoeiro;

11.3.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**, expedido pela Receita Federal;

b) Certidão de Regularidade do **FGTS** - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos relativos aos **TRIBUTOS FEDERAIS** e à **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, emitida pela Secretaria da Receita Federal;

d) Certidão Negativa de **DÉBITOS TRABALHISTAS** (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

e) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

relativos aos **TRIBUTOS ESTADUAIS** e à **DÍVIDA ATIVA DO ESTADO** para as empresas inscritas no Estado Rio Grande do Norte; ou Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de **DÉBITO DO ESTADO** do domicílio ou sede da licitante;

f) Certidão Negativa de **TRIBUTOS DO MUNICÍPIO**, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.3.5 Além da regularidade da documentação já abrangida pelo **SICAF**, **SERÃO VISUALIZADAS AS SEGUINTE DECLARAÇÕES**, sendo impressa somente a relação comprobatória de envio constante no <https://www.gov.br/compras/pt-br>:

- a) Que cumprem o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, ou seja, que não possuem, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, tampouco menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- b) Que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte na forma disposta na LC nº.123/2006;
- c) A inexistência de fato superveniente que obstaculize a contratação;
- d) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- e) De elaboração independente de proposta.

11.3.6 DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE:

a) Declaração da licitante de que não possua em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas OU ocupantes de tais cargos ou funções quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

indiretamente às unidades do MPRN situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação ou ocupantes de tais cargos quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação, conforme **ANEXO II**.

11.4 Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ/MF e endereço respectivo, observando-se que:

- a)** Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**; ou
- b)** Se a licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;
- c)** Serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

11.5 Os modelos anexados a este Edital servem apenas como orientação, não sendo motivo de inabilitação ou desclassificação, a apresentação de documentos que sejam elaborados de forma diferente e que contenham os elementos essenciais.

11.6 Após a consulta no **SICAF** será impresso pelo Pregoeiro e integrará a documentação de habilitação da(s) licitante(s) o(s) documento(s) referente(s) à “**situação do fornecedor**”.

11.7 É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **SICAF** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.8 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

11.9 Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

11.10 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.11 Os documentos exigidos e apresentados para habilitação, obtidos por meio de sites, poderão ter sua autenticidade verificada via internet.

11.12 Em se tratando de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.13 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à PGJ/RN convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou propor a revogação deste Pregão.

11.14 O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.15 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, *a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema* com, no mínimo, **24h (vinte e quatro horas)** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.16 A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada.

11.17 As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica que forem apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos solicitados pelo Pregoeiro.

12 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

12.1 O Pregoeiro convocará a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, via chat e, caso a licitante tenha **e-mail e/ou telefone** cadastrado(s) no SICAF, também por estes meios de comunicação, para encaminhar, se for o caso, os **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e **JÁ APRESENTADOS**, fixando o prazo de **2h (duas horas)** de sua solicitação para envio destes.

12.2 O Pregoeiro poderá, para melhor julgamento, solicitar da licitante vencedora o encaminhamento de sua proposta escrita no prazo e condições do subitem anterior.

12.3 A proposta de preços escrita, quando solicitada, deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, formulada em conformidade com as condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, e dela deverão constar:



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

a) Razão social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e indicação de endereço eletrônico (e-mail);

b) **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, CONFORME ITEM 3 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E RELAÇÃO DOS ITENS SEGURADOS, COM INDICAÇÃO DO VALOR DO PRÊMIO E FRANQUIA DE CADA VEÍCULO;**

c) Nos preços cotados deverão estar neles incluídos todas as despesas: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

12.3.1 Se houver discrepância entre os valores unitários e totais constantes na proposta de preços escrita e aqueles registrados no sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerão como válidos estes últimos.

12.3.2 Será desclassificada a proposta que *não corrigir* ou *não justificar* eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

12.4 Os originais ou cópias autenticadas, **CASO SEJAM SOLICITADOS**, deverão ser encaminhados, no prazo de **3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, contados da solicitação do Pregoeiro, a Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP: 59.065-555.

12.5 Deverá ser encaminhada, acompanhando os documentos descritos no subitem anterior, a documentação abaixo discriminada, necessária à **FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**:

a) **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa individual (Requerimento de Empresário);

b) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e sua devida publicação na imprensa oficial. No caso de alterações será admitido o Estatuto ou o Contrato Social consolidado e aditivos posteriores, se houver;

c) INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) PROCURAÇÃO passada em instrumento público, ou particular com firma reconhecida, para o caso de representante legal, no qual estejam expressos poderes para assinar contratos em nome da proponente;

e) DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO do responsável ou representante legal da empresa.

12.6 A não-regularização da documentação no prazo previsto nesta condição implicará na decadência do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002 e neste Edital, sendo facultado à Procuradoria-Geral de Justiça convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

12.7 Poderão deixar de apresentar os documentos exigidos no **SUBITEM 12.5**, alíneas "a", "b", "c" e "e"; as licitantes que estiverem devidamente cadastradas no SICAF.

13 DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Os pedidos de esclarecimento serão enviados ao pregoeiro, até **03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço eletrônico cpl@mprn.mp.br.

13.1.1 O pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimento no prazo de **02 (DOIS) DIAS ÚTEIS**, contados da data de recebimento do pedido e poderá requisitar auxílio



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

técnico aos setores responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

13.1.2 As respostas aos pedidos de esclarecimento vincularão às participantes e a administração.

13.2 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste edital, na forma prevista no subitem 13.1, até **03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

13.2.1 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de **02 (DOIS) DIAS ÚTEIS**, contado da data de recebimento da impugnação.

13.2.2 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.2.3 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, *exceto quando*, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.3 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas nos sites www.mprn.mp.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br> (por meio do link: Acesso livre>Pregões>Agendados), para conhecimento da sociedade em geral e das licitantes, cabendo às interessadas em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

14 DO RECURSO

14.1 Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá o prazo mínimo de **30 (TRINTA) MINUTOS**, durante o qual qualquer licitante poderá, de *forma imediata e motivada*



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

(indicando, de forma sucinta, as irresignações contra o ato do pregoeiro), em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

14.2 O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

14.3 Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

14.4 A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (TRÊS) DIAS**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.5 A falta de manifestação no prazo estabelecido no **SUBITEM 14.1** autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

14.6 Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, a licitante interessada poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

14.7 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

14.8 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

15.1 Quando não houver recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto à licitante cuja proposta for considerada mais vantajosa à administração.

15.2 Concluídos os trabalhos, o Pregoeiro encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação do Procurador-Geral de Justiça Adjunto, para expedição e publicação do ato homologatório.

15.3 Após decididos os recursos, quando houver, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Procurador-Geral de Justiça Adjunto adjudicará o objeto à licitante vencedora do certame e, em consequência, homologará a presente licitação.

16 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

16.1 A contratação será formalizada mediante assinatura do respectivo Termo de Contrato, cuja minuta encontra-se no **Anexo III** deste Edital.

16.2 Após homologado o resultado deste Pregão, a Procuradoria-Geral de Justiça/RN eventualmente convocará a licitante vencedora para, no prazo máximo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, assinar o **TERMO DE CONTRATO**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.3 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Procuradoria-Geral de Justiça.

16.4 A contratação está condicionada à verificação da regularidade da habilitação da licitante vencedora.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mpm.mp.br

16.5 Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer condição apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

16.6 Caso a adjudicatária recusar-se a cumprir o fixado no **SUBITEM 16.2**, aplicar-se-á o disposto no § 3º, artigo 47, da Resolução nº 110/2019-PGJ.

16.7 A licitante contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários, em até **25% (VINTE E CINCO POR CENTO)**, do valor inicial atualizado, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

16.8 A transmissão dos atos referentes à execução contratual poderá ser efetuada mediante meio eletrônico, devendo haver a comprovação efetiva do recebimento do ato pela contratada, o qual será aceito com sua expressa concordância.

17 DA RESCISÃO DO CONTRATO

17.1 A rescisão do contrato ocorrerá de pleno direito, a critério da Procuradoria-Geral de Justiça/RN, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, em conformidade com o Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 a 80 da referida lei, e, quando a contratada:

- a)** Atrasar injustificadamente a execução do objeto deste Edital;
- b)** Falir ou dissolver-se;
- c)** Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem a expressa anuência da Procuradoria-Geral de Justiça.

17.2 A rescisão deste contrato pode ser:

- a)** Determinada por ato unilateral e escrito da Procuradoria-Geral de Justiça/RN, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada;



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Procuradoria-Geral de Justiça/RN;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

17.3 A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas decorrentes deste certame correrão por conta dos recursos do orçamento do Ministério Público do RN:

Órgão: 14 – Procuradoria-Geral de Justiça
Unidade: 101 – Procuradoria-Geral de Justiça;
Orçamentária: 03 - Essencial à Justiça, 122 – Administração Geral, 0100 – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado;
Projeto/Atividade: 211201 – Manutenção e Funcionamento;
Fonte(s): 05000000 – Recursos Ordinários;
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica.

19 DO PAGAMENTO

19.1 O pagamento será efetuado nos termos do **ITEM 9 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, bem como respeitando as disposições abaixo:

19.1.1 A PGJ/RN poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Edital.

19.1.2 É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a apresentação, no momento da liquidação da despesa, de prova de regularidade, conforme subitem 11.3.4 deste Edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

19.1.3 No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE Atualização Financeira à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR** e contratar no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo de até **5 (CINCO) ANOS**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:

- a) Não assinar o Instrumento Contratual, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Declarar informações falsas;
- d) Deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
- e) Ensejar o retardamento, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
- f) Não manter a proposta;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

20.2 O disposto no subitem anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do § 3º, do artigo 47, da Resolução nº 110/2019-PGJ, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária.

20.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Procuradoria-Geral de Justiça/RN poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as sanções previstas no Anexo I – Termo de Referência.

20.4 Ocorrendo à inexecução de que trata o **SUBITEM 20.3**, reserva-se a Procuradoria-Geral de Justiça/RN o direito de optar pela oferta que se apresentar



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

como aquela mais vantajosa, pela ordem de classificação, comunicando-se, em seguida, ao Procurador-Geral de Justiça, para as providências cabíveis.

20.5 A segunda adjudicatária, ocorrendo a hipótese do subitem anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.

20.6 Nos casos omissos, aplicar-se-ão as disposições contidas na Lei nº 8.666/93, no que couber, bem como na Resolução nº 158/2015-PGJ, publicada no **DOE/RN** nº 13.551, de 28 de outubro de 2015, e suas alterações.

21 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 A critério da Procuradora-Geral de Justiça ou Procurador-Geral de Justiça Adjunto, a presente licitação poderá ser:

- a)** Adiada, por conveniência exclusiva da Administração;
- b)** Revogada, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- c)** Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.2 A anulação do procedimento licitatório induz à da contratação.

21.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, apontando as falhas ou irregularidades que o viciarem, a licitante que não o fizer até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder o início da sessão do pregão eletrônico, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

21.4 A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente ato de convocação, independentemente de declaração expressa.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mpm.mp.br

21.5 Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

21.6 O pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

21.7 O pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

21.8 Na contagem dos prazos deste Edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, considerando-se o funcionamento do Setor de Protocolo deste Órgão, será no horário das **8h às 17h**, de segunda a quinta-feira, e, das **8h às 14h** na sexta-feira.

21.9 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste Pregão na data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o **PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE**, independentemente de nova comunicação.

21.10 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e na proposta de preço, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.11 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, **EXCETO AQUELES DE NATUREZA TÉCNICA VINCULADA AO OBJETO**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

21.12 Esclarecimentos ou quaisquer outras informações suplementares com relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital serão dirimidas pelo Pregoeiro, no horário das 8h às 17h, de segunda a quinta-feira, e, das 8h às 14h na sexta-feira.

21.13 Toda comunicação oficial ocorrerá por e-mail, por meio do sistema **COMPASNET** ou por publicação, nos termos da legislação.

21.14 Os dados pessoais tornados públicos pelo certame deverão ser resguardados por todos os licitantes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

21.15 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

21.16 As questões decorrentes da execução deste Instrumento Convocatório, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Natal/RN.

Natal/RN, 28 de março de 2023.

MARCOS ANTONIO DE MACEDO CARDOZO
Pregoeiro da PGJ/RN



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Cep 59065-555, Natal/RN
Telefone(s): 84 99972-3405 E-mail: dadm@mprn.mp.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação serviço de seguro automotivo, destinado aos veículos integrantes da frota do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN), pelo período de 12 (doze) meses, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA/RESULTADO ESPERADO

2.1 A contratação de seguro objetiva proteger o patrimônio público, prevenindo riscos e eventuais sinistros que podem causar enorme dispêndio ao erário e garantir que este órgão e terceiros sejam indenizados na eventual ocorrência de sinistros.

2.2 Inicialmente, cabe observar a obrigatoriedade e abrangência do seguro DPVAT, instituído pela Lei Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Este seguro garante indenizações em caso de morte ou invalidez permanente a todas as vítimas de acidente de trânsito causado por veículo automotor, em todo o território nacional, independentemente de apuração de culpa. Porém, o DPVAT não cobre prejuízos materiais, tais como reparos em caso de colisão, restituição do bem em caso de roubo ou furto, ou em caso de perda total dos veículos.

2.3 Tendo em vista a existência de frota de veículos próprios do MPRN, e considerando a probabilidade de acidentes de trânsito e outros sinistros, assim

como roubos, furtos e eventuais quebras dos veículos em viagens, faz-se necessário contratar o serviço de seguro, como forma de reduzir eventual despesa com indenização a favor de terceiros ou mesmo com o reparo dos próprios veículos da Instituição, além de contar com a cobertura de assistência 24h.

2.4 Trata-se de serviço essencial e sua interrupção pode inviabilizar a utilização da frota de veículos oficiais, e assim comprometer as atividades dos servidores, membros e colaboradores que se servem dos veículos da frota oficial para o desempenho de suas atividades profissionais, implicando em sérios transtornos e comprometendo o funcionamento regular dos setores. Assim, tem-se como indispensável a contratação de empresa para a execução dos serviços.

2.5 Atualmente, a Instituição possui contrato com a seguradora MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, através da apólice nº 2143000098731 constante do procedimento administrativo nº 20.23.0475.0000002/2022-92 (Contrato 17/2022 - PGJ), vigente até 09/06/2023, de forma que a nova contratação objetiva dar continuidade ao seguro de frota existente.

2.6 Maiores informações constam do Estudo Técnico Preliminar (doc.3540859).

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1 A Contratação de empresa para a prestação de serviço de seguro total para a frota do MP/RN, conforme lista de veículos disposta no anexo I deste TR, durante o período de 12 (doze) meses, deverá cobrir no mínimo os seguintes eventos:

COLISÃO: perda total ou danos materiais por colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento de água doce, granizo, bem como despesas necessárias como socorro e salvamento;

INCÊNDIO: perda total ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento;

ROUBO: roubo ou furto do veículo;

DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: danos materiais causados a terceiros pelo veículo, com cobertura mínima no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

a) nos casos de indenização o valor de cobertura terá como base o valor de mercado de acordo com a 100% Tabela FIPE;

b) cobertura completa dos vidros (vidros laterais, pára-brisa, vidro traseiro, retrovisores, setas dianteiras e faróis e lanternas traseiras);

c) serviço de assistência 24h (reboque com no mínimo 600 quilômetros de raio de atendimento, sem limite de utilização e com serviço de táxi);

d) não será contratada cobertura para a blindagem nos casos dos veículos blindados;

e) em casos de sinistros (incêndio, raio e explosão) não deverá ser cobrada franquia à contratante.

3.2 A franquia considerada deverá ser a NORMAL e os valores deverão constar, obrigatoriamente, nas propostas e nas apólices.

3.3 Do questionário de Avaliação de Risco:

a) os veículos serão conduzidos por condutores, habilitados nas categorias A, A/B e A/D, e permanecerão, via de regra, recolhidos em garagem fechada e privativa da contratante;

b) a previsão de quilômetros a serem percorridos pelos veículos da frota da contratante é de 25.000 km/ano;

c) devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

3.4 Garantir o pagamento de indenização à contratante, dos veículos, até o valor das importâncias seguradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

● VISTORIA FACULTATIVA

a) os interessados em participar do procedimento licitatório poderão vistoriar os veículos relacionados neste documento. A vistoria não ensejará emissão de comprovante pela Procuradoria-Geral de Justiça do RN;

b) a vistoria deverá ser agendada no Setor de Transportes, localizado à Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, nº 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555 , e poderá ser realizada até 01 (um) dia antes da data marcada para a abertura do certame;

c) as dúvidas de natureza técnica, que porventura surjam por ocasião da vistoria, serão esclarecidas pelo Setor de Transportes, por meio de expediente dirigido à Comissão Permanente de Licitação (CPL);

d) em hipótese alguma o desconhecimento das condições dos veículos poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução irregular do serviço a ser prestado.

4. VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

4.1 O valor estimado desse objeto deverá ser informado conforme Resolução nº 094/2019-PGJ/RN, publicada no DOE nº 14.491, de 04 de setembro de 2019.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 A unidade demandante informa que a contratação objeto do presente Estudo está prevista na Proposta Orçamentária para 2023 sobre: ação: 211201 – Manutenção e Funcionamento e na natureza de despesa: 339039 069 - Demanda 120.

6. MÉTODO DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

6.1. A unidade demandante sugere que o método de seleção da proposta mais vantajosa para Administração seja o de menor preço (Art. 45, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações) por grupo único.

6.2. A utilização do método de seleção por grupo único justifica-se diante da natureza semelhante ou da relação que os itens guardam entre si, nos serviços a serem adquiridos. A utilização de grupo único, no processo licitatório, mostra-se viável à Administração e não demonstra prejuízo na perda de economia de escala, bem como não impede a ampla participação de licitantes do segmento, além de ser mais benéfico para a Administração em termos de custo processual no momento da prestação dos serviços.

6.3 Optou-se pelo agrupamento também de itens visto que a prestação dos serviços não possui nenhuma complexidade técnica, portanto um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade e aumentaria a dificuldade de gerenciamento dos contratos, já que se fosse adotada a divisão por itens, incorreria na possibilidade de diversas seguradoras vencerem o certame, tornando a gestão dos contratos, tecnicamente, mais dispendiosa, além de um possível aumento no preço final da contratação.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1 O serviço de seguro automotivo deverá ser contratado e prestado pela contratada mediante emissão de apólice, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho ou de documento equivalente.

7.2 A apólice deverá ser entregue no Setor de Transportes da PGJ, por meio do e-mail str@mprn.mp.br.

7.3 A contratada deverá se colocar à disposição da contratante, 24 horas por dia, durante 07 dias da semana, por meio de central de comunicação (por e-mail, telefone, ou serviço online) para aviso de sinistro.

7.4 Durante a vigência do contrato poderá ser realizada a exclusão, inclusão e/ou substituição de itens na apólice, conforme regra estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

7.5 Após a remessa do aviso de sinistro pelo segurado à seguradora, a contratada deverá proceder com a liquidação dos sinistros nos prazos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

7.6 A vigência do seguro deverá ser de 10 de junho de 2023 a 09 de junho de 2024.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1 A Apólice deverá ser recebida pelo Setor de Transportes, de acordo com a norma interna da Procuradoria-Geral de Justiça, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações da contratação; e

b) Definitivamente, contado da apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, nos seguintes prazos:

I - até 03 (três) dias úteis, para as despesas cujo valor da contratação não ultrapasse o limite previsto no inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações;

II - até 15 (quinze) dias corridos, para as despesas cujo valor da contratação seja superior ao valor previsto no inciso anterior.

8.2 No caso de a apólice ser entregue em desconformidade com o contrato, ela deverá ser alterada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da recusa pela CONTRATADA, correndo às expensas da própria empresa quaisquer custos advindos das alterações.

9. CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado em parcela única, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo.

9.2 Quando o valor total da contratação não ultrapassar o limite de que trata o inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, os pagamentos deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do Art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

9.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente do fornecedor.

9.4 Será considerada a data do pagamento o dia que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.5 No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante atualização financeira à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

9.6 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $AF = I \times N \times VP$, onde: AF = Atualização Financeira devida; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Executar este Termo de Referência em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

10.2 Manter a regularidade jurídica/econômico/financeiro e fiscal, bem como sua qualificação técnica, durante toda a execução do Contrato.

10.3 Indicar preposto a quem o Gestor do Contrato se reportará de forma ágil, visando organizar e coordenar os serviços sob a responsabilidade da contratada.

10.4 Atender às convocações da contratante cumprindo os prazos estipulados por ela em cada convocação.

10.5 Informar em até 2 dias úteis à contratante as alterações de dados, como por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação das partes.

10.6 Solicitar, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações contratuais.

10.7 Apresentar os preços do objeto contratual abrangendo todas as despesas, entre as quais destacam-se: impostos, taxas, fretes e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

10.8 Manter sigilo quanto às informações que, por qualquer meio, venha a ter acesso ou manipule durante a contratação, referentes à Administração Pública, servidores, processos ou quaisquer outras que pela sua natureza não devam ser divulgadas, assumindo total responsabilidade sobre sigilo, mesmo com o fim da contratação, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

10.9 Responsabilizar-se civil, penal e administrativamente pela reparação de todos os danos, perdas e prejuízos que, direta ou indiretamente, decorram de sua ação ou omissão, por culpa ou dolo sua, de seus empregados, de seus prepostos ou de terceiros no exercício de suas atividades, causados ou provocados à contratante e a terceiros, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização por parte da contratante.

10.10 Respeitar as normas internas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da contratante.

10.11 Manter os seus funcionários identificados por crachá, quando nas dependências da contratante, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas do contratante.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Fiscalizar este Termo de Referência em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

11.2 Permitir acesso dos empregados da contratada às dependências da contratante, quando devidamente identificados, para entrega dos serviços, proporcionando todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

11.3 Prestar esclarecimentos pertinentes ao objeto do contrato que venham a ser formalmente solicitados pela contratada.

11.4 Efetuar o pagamento à contratada de acordo com o prazo e a forma estabelecidos neste documento.

12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1 A execução do contrato será gerenciada e fiscalizada mediante designação por meio de portaria publicada pela contratante.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. Apresentação de no mínimo um atestado de capacidade técnica, exclusivamente em nome da licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de serviços compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência.

14. SANÇÕES

14.1 Aplicam-se as seguintes sanções administrativas nos casos de inadimplemento das obrigações contratuais, garantida a prévia defesa:

I – Advertência;

II – Multa nas seguintes condições:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total da Nota de Empenho ou documento equivalente, no caso de atraso injustificado para prestação dos serviços, limitada a incidência de 30 (trinta) dias;
- b) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho ou documento equivalente, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida; e
- c) 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho ou documento equivalente, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por período não superior a 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subtópico 14.1 – III.

V – impedimento de licitar e contratar nos termos do Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, de 17 de julho e suas alterações.

14.2 As sanções previstas no subtópico 14.1 – I, III, IV e V poderão ser aplicadas conjuntamente a do subtópico 14.1 – II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo.

14.3 As sanções de advertência e multa – 14.1 (I e II) – podem ser aplicadas pelo gestor do contrato.

14.4 Nos casos em que a entrega do serviço ocorrer de forma fracionada, a multa prevista no subtópico 14.1 – II – incidirá apenas sobre a parcela que estiver em atraso.

14.5 Os procedimentos e competência de aplicação das sanções previstas neste termo de referência deverão obedecer à Resolução nº158/2015-PGJ/RN (Arts. 8º a 19), publicada no DOE nº 13.551, de 28 de outubro de 2015.

14.6 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente, deduzindo-se do valor da nota fiscal/fatura e não sendo suficiente, será intimado o particular contratado para que efetue o pagamento mediante depósito na conta da contratante, ou, ainda quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.7 Na contagem dos prazos para defesa prévia, recurso e pedido de reconsideração, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

14.8 Os prazos deverão se iniciar e vencer em dias de expediente da Administração contratante.

14.9 As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.10 As sanções administrativas dispostas neste termo não excluem as previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Será considerada comunicação oficial todo contato realizado por correspondência (física ou eletrônica, incluindo-se o WhatsApp) e publicação no Diário Oficial do Estado.

15.2 As partes deverão, obrigatoriamente, fornecer um número telefônico válido para contato via WhatsApp, bem como conta de e-mail, para fins de estabelecimento de correspondências.

15.3 É vedada a contratação que esteja em desacordo com as previsões contidas na Resolução nº 006/2018-PGJ/RN, que dispõe sobre as hipóteses de proibição de contratações públicas por parte do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte em decorrência da configuração de Nepotismo.

15.4 Maiores esclarecimentos ou quaisquer outras informações suplementares com relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Termo de Referência serão dirimidas pelo STR, por meio de Ofício, e-mail str@mprn.mp.br ou pelo telefone (84) 98839-8096, no horário de funcionamento da instituição.

Natal/RN, *(data da assinatura eletrônica)*

Márcio Bezerra de Farias
Chefe do Setor de Transportes

ANEXO I – RELAÇÃO DOS ITENS SEGURADOS

Nr	PLACA	MODELO	FABRICANTE	TIPO DE VEÍCULO	COMBUSTÍVEIS	ANO DE FAB/MODELO	COR	CEP DE PERNOITE
1	FLB-8032	MASTER	RENAULT	CAMINHÃO	DIESEL	2013/2014	BRANCO	59146-690
2	OJS-6773	MONTANA	CHEVROLET	PICK UP	GASOLINA	2012/2013	BRANCO	59065-555
3	OKA-7918	PAJERO DAKAR D BLINDADA NÍVEL III-A	MITSUBICHI	CAMIONETE	DIESEL	2013/2013	PRETO	59065-555
4	OKA-7998	PAJERO DAKAR D BLINDADA NÍVEL III-A	MITSUBICHI	CAMIONETE	DIESEL	2013/2013	PRETO	59065-555
5	OKA-8138	PAJERO DAKAR D BLINDADA NÍVEL III-A	MITSUBICHI	CAMIONETE	DIESEL	2013/2013	PRETO	59065-555
6	OKB-8027	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59625-340
7	OKB-8167	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59065-555
8	OKB-8207	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59290-000
9	OKB-8247	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59146-690
10	OKB-8307	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59650-000

11	OKB-8337	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59570-000
12	OKB-8377	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59065-555
13	OKB-8427	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59182-000
14	OKB-8447	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59300-000
15	OKB-8477	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59065-555
16	OKB-9237	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59190-000
17	OKB-9247	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59065-555
18	OKB-9257	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59065-555
19	OKB-9277	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59065-555
20	QGA-5586	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2015/2015	VERMELHO	59900-000
21	QGA-5596	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2015/2015	VERMELHO	59900-000
22	QGA-5616	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2015/2015	PRETO	59360-000
23	QGA-5626	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2015/2015	PRETO	59330-000

24	QGA-5636	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2015/2015	PRETO	59625-340
25	QGI-3898	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2016/2016	PRETO	59065-555
26	QGI-3908	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2016/2016	PRETO	3279.3003
27	QGI-3948	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2016/2016	PRETO	59146-690
28	QGI-3958	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2016/2016	PRETO	3271.6842
29	QGL-7442	ACELO 1316	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO	DIESEL	2016/2016	BRANCO	59146-690
30	QGO-3252	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	3405.3046
31	QGO-3242	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59300-000
32	QGO-3172	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59650-000
33	QGO-3202	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59780-000
34	QGO-3102	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59460-000
35	QGO-3152	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59500-000
36	QGO-3212	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59215-000

37	QGO-3142	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59200-000
38	QGO-3272	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59625-340
39	QGO-3092	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59625-340
40	NNJ-6717	PALIO ELX	FIAT	AUTOMÓVEL	ETANOL, GASOLINA	2008/2008	PRATA	59625-340



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2023 – PGJ/RN

(nome da empresa)*****, inscrito(a) no CNPJ nº*****, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)*****, portador(a) da Carteira de Identidade nº***** e do CPF nº *****, ocupante do cargo de***** DECLARA, nos termos do art. 1º, da Resolução nº 6/2018-PGJ/RN e dos arts. 3º e 4º, da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com as modificações promovidas pela Resolução nº 172, de 04 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público; para fins da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO AUTOMOTIVO**, que:

() Esta empresa **NÃO POSSUI** em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas OU ocupantes de tais cargos ou funções quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades do MPRN situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação ou ocupantes de tais cargos quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação;

() Esta empresa **POSSUI** em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas OU ocupantes de tais cargos ou funções quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, CEP: 59.065 – 555, Natal/RN,
CNPJ/MF nº 08.539.710/0001-04 – Tel. (84) 99972-1651 - E-mail cpl@mprn.mp.br

procedimento que culminou nesta licitação, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades do MPRN situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação ou ocupantes de tais cargos quando da deflagração do presente procedimento licitatório OU nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento que culminou nesta licitação, abaixo identificado(s):

Nome do servidor/membro *****

Cargo:*****

Grau de Parentesco:*****

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Local e data,

carimbo (ou nome legível) e assinatura
do Representante legal

Anexo III



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN – CEP: 59065-555
Fone: (84) 99972-5636, sgc@mprn.mp.br

CONTRATO Nº XX/202_-PGJ REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA SEGUROS _____, NA FORMA AJUSTADA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, com sede à Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, nº 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.539.710/0001-04, neste ato representado pelo **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO DR. GLAUCIO PINTO GARCIA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 515.559.215-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº **.***.*/000*-**, localizada na _____, nº _____, CEP: **.***.**, _____/**, neste ato representado pelo Sr.(a) _____, CPF nº ***.***.***-**, doravante denominada **CONTRATADA** celebram, por força do presente instrumento e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O objeto do presente instrumento consiste na contratação de empresa especializada para prestação do serviço de seguro automotivo, destinado aos veículos integrantes da frota do Ministério Público do RN, em conformidade com as especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 12/2023-PGJ.

Anexo III



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN – CEP: 59065-555

Fone: (84) 99972-5636, sgc@mprn.mp.br

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:

2.1 – A contratação dos serviços é justificada em razão da exposição de motivos contidos no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 12/2023-PGJ/RN, parte integrante do PGEA nº 20.23.0464.0000014/2023-27 (E-MP).

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

3.1 – Este contrato tem como amparo legal a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 10.520/2002 e os Decretos que regulamentam o Pregão Eletrônico, a Licitação – Pregão Eletrônico nº 12/2023 – PGJ/RN, processo nº 20.23.0464.0000014/2023-27 (E-MP), autuado em 10/01/2023, homologada em **/**/2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº **.*** edição de **/**/2022.

3.2 – Constituem partes integrantes deste contrato, estando a eles vinculados, como se neste estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 12/2023 – PGJ e seus anexos;
- b) Termo de Referência (TR);
- c) Proposta de Preço da **CONTRATADA** apresentada à **CONTRATANTE**.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos específicos consignados do orçamento do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, conforme descrito abaixo:

ÓRGÃO: 14 – Procuradoria-Geral de Justiça; **UNIDADE:** 101 – Procuradoria-Geral de Justiça; **ORÇAMENTÁRIA:** 03 – Essencial à Justiça, 122 – Administração Geral, **PROGRAMA:** 0100 – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado; **PROJETO/ATIVIDADE:** 211201 – Manutenção e Funcionamento; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica; **FONTE:** 05000000 – Recursos Ordinários.

Nota de Empenho nº **/202_; **Espécie:** Ordinário; **Data de Emissão:** **/**/202_.

Anexo III



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN – CEP: 59065-555

Fone: (84) 99972-5636, sgc@mprn.mp.br

5 – CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:

5.1 – O valor do contrato é de **R\$ xxx.xxx,xx (valor por extenso)**, correspondentes ao Grupo Único de Itens, resultante da Licitação – Pregão Eletrônico nº 012/2023-PGJ, conforme detalhado em anexo único a este instrumento.

6 – CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA:

6.1 – O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir de ___/___/202__ até ___/___/202__, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

7.1 – O objeto contratual deverá atender e ser executado nos prazos e condições estabelecidas nos itens 3 e 7 do Anexo I – Termo de Referência do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 12/2023-PGJ/RN.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ENTREGA DA APÓLICE

8.1 – A entrega da APÓLICE deverá ocorrer consoante as regras e condições estabelecidas no item 8 do Anexo I – Termo de Referência do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 12/2023-PGJ/RN.

9 – CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO:

9.1 – O acompanhamento, a Gestão e a Fiscalização do objeto será efetuada na forma estabelecida no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 12/2023-PGJ/RN.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO:

10.1 – As condições e o prazo de pagamento a eles referentes encontram-se estabelecido

Anexo III



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN – CEP: 59065-555

Fone: (84) 99972-5636, sgc@mprn.mp.br

no Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 12/2023-PGJ/RN.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

11.1 – As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 12/2023-PGJ/RN.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1 – A rescisão do contrato ocorrerá de pleno direito, a critério da **CONTRATANTE**, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, conforme disposto no art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 a 80 da referida lei, e, quando a **CONTRATADA**:

- a) Atrasar injustificadamente o fornecimento do objeto deste contrato;
- b) Falir ou dissolver-se;
- c) Transferir no todo ou em parte as obrigações decorrentes deste contrato sem a expressa anuência da **CONTRATANTE**.

12.2 – A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

12.3 – A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1 – As sanções e penalidades referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 12/2023-PGJ/RN.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES:

14.1 – É vedada a contratação de pessoa jurídica da qual sejam sócios, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive,

Anexo III



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN – CEP: 59065-555

Fone: (84) 99972-5636, sgc@mprn.mp.br

de membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MPRN) ou servidor do MPRN investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, conforme dispõe o art. 3º, inciso I da Resolução nº 37/2009, alterada pela Resolução nº 172/2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público, e o art. 1º, inciso I da Resolução nº 006/2018-PGJ.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1 – A assinatura deste instrumento contratual, oriundo do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 12/2023-PGJ, está condicionada à verificação da regularidade da habilitação parcial da **CONTRATADA** junto ao SICAF.

15.2 – A transmissão dos atos referentes a execução contratual poderá ser efetuada mediante fax ou meio eletrônico, devendo haver a comprovação efetiva do recebimento do ato pela **CONTRATADA**, o qual será aceito como sua expressa concordância.

15.3 – Será considerada comunicação oficial todo contato realizado por correspondência (física ou eletrônica, incluindo-se o WhatsApp) e publicação no Diário Oficial do Estado.

15.4 – As partes deverão, obrigatoriamente, fornecer um número telefônico válido para contato via WhatsApp, bem como conta de e-mail, para fins de estabelecimento de correspondências.

15.5 – A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

15.6 – Nos casos omissos ou conflitantes, aplicar-se-á a legislação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, com amparo no Art. 62, § 3º, da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.7 – Os dados pessoais tornados públicos por força deste instrumento contratual deverão ser resguardados pelas partes declaradas no negócio jurídico, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

Anexo III



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN – CEP: 59065-555

Fone: (84) 99972-5636, sgc@mprn.mp.br

16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE:

16.1 – A **CONTRATANTE** providenciará, a sua conta, a publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial (Diário Oficial do Estado) nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO:

17.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Natal/RN para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato com exclusão de qualquer outro.

E para firmeza e validade, e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias a sua aprovação e execução.

Natal/RN, data da assinatura eletrônica/digital.

GLAUCIO PINTO GARCIA

Procurador-Geral de Justiça Adjunto

Representante Legal

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

Anexo III

**MPRN**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN – CEP: 59065-555

Fone: (84) 99972-5636, sgc@mprn.mp.br

ANEXO ÚNICO CONTRATO Nº XX/202-PGJ REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA SEGUROS _____, NA FORMA AJUSTADA.

RELAÇÃO DOS ITENS SEGURADOS

ANEXO I – RELAÇÃO DOS ITENS SEGURADOS								
Nr	PLACA	MODELO	FABRICANTE	TIPO DE VEÍCULO	COMBUSTÍVEIS	ANO DE FAB/IMO DELO	COR	CEP DE PERNOITE
1	FLB-8032	MASTER	RENAULT	CAMINHÃO	DIESEL	2013/2014	BRANCO	59146-690
2	OJS-6773	MONTANA	CHEVROLET	PICK UP	GASOLINA	2012/2013	BRANCO	59065-555
3	OKA-7918	PAJERO DAKAR D BLINDADA NÍVEL III-A	MITSUBICHI	CAMIONETE	DIESEL	2013/2013	PRETO	59065-555
4	OKA-7998	PAJERO DAKAR D BLINDADA NÍVEL III-A	MITSUBICHI	CAMIONETE	DIESEL	2013/2013	PRETO	59065-555
5	OKA-8138	PAJERO DAKAR D BLINDADA NÍVEL III-A	MITSUBICHI	CAMIONETE	DIESEL	2013/2013	PRETO	59065-555
6	OKB-8027	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59625-340
7	OKB-8167	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59065-555
8	OKB-8207	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59290-000
9	OKB-8247	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59146-690
10	OKB-8307	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59650-000

Anexo III



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN – CEP: 59065-555

Fone: (84) 99972-5636, sgc@mprn.mp.br

11	OKB-8337	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59570-000
12	OKB-8377	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59065-555
13	OKB-8427	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59182-000
14	OKB-8447	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59300-000
15	OKB-8477	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59065-555
16	OKB-9237	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59190-000
17	OKB-9247	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59065-555
18	OKB-9257	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59065-555
19	OKB-9277	NXR150 BROS ES	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2013/2013	VERMELHO	59065-555
20	QGA-5586	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2015/2015	VERMELHO	59900-000
21	QGA-5596	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2015/2015	VERMELHO	59900-000
22	QGA-5616	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2015/2015	PRETO	59360-000
23	QGA-5626	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2015/2015	PRETO	59330-000

Anexo III



MPRN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN – CEP: 59065-555

Fone: (84) 99972-5636, sgc@mprn.mp.br

24	QGA-5636	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2015/2015	PRETO	59625-340
25	QGI-3898	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2016/2016	PRETO	59065-555
26	QGI-3908	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2016/2016	PRETO	3279.3003
27	QGI-3948	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2016/2016	PRETO	59146-690
28	QGI-3958	NXR160 BROS ESD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2016/2016	PRETO	3271.6842
29	QGL-7442	ACELO 1316	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO	DIESEL	2016/2016	BRANCO	59146-690
30	QGO-3252	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	3405.3046
31	QGO-3242	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59300-000
32	QGO-3172	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59650-000
33	QGO-3202	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59780-000
34	QGO-3102	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59460-000
35	QGO-3152	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59500-000
36	QGO-3212	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59215-000

Anexo III

**MPRN**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN – CEP: 59065-555

Fone: (84) 99972-5636, sgc@mprn.mp.br

37	QGO-3142	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59200-000
38	QGO-3272	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59625-340
39	QGO-3092	NXR BROS 160 ESDD	HONDA	MOTOCICLETA	ETANOL, GASOLINA	2018/2018	VERMELHO	59625-340
40	NNJ-6717	PALIO ELX	FIAT	AUTOMÓVEL	ETANOL, GASOLINA	2008/2008	PRATA	59625-340